



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000
Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Pelo presente, faz saber a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiver e possa interessar, que será realizado leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) **PROMOVIDO(S) JUAN JÚNIOR DOS SANTOS DE MELO**, na seguinte forma:

PROCESSO Nº. 0001285-68.2020.8.16.0046 - PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL

VÍTIMA: E. D. P.

PROMOVIDO: J. J. D. S. D. M.

1.º LEILÃO: 12/06/2026, com encerramento às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. Não verificando lances que sejam iguais ou superiores ao valor da avaliação, a partir deste horário será dado início a captação de lances por valor igual ou superior a 80% (oitenta por cento) da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

2.º LEILÃO: 12/06/2026, com encerramento às 16:00 horas, pelo maior lance coletado, exceto preço vil (inferior a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação), exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término.

LOCAL: O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site www.fabiobarbosaleiloes.com.br.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI**

**VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000
Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br**

primeiro dia útil subsequente.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01 (uma) Motocicleta, marca Honda, modelo CG 150 Titan KS, cor vermelha, ostentando placa fria DLX-2794. Trata-se de uma motocicleta em estado de sucata aproveitável tendo em vista seu nº de chassi suprimido. Sua pintura está manchada, desbotada, descascada, com riscos e marcas de ferrugem. Além disso, banco danificado, assim como painel e luzes de pista. Por fim, entre os itens faltantes, constatou-se: jogo de ferramentas e chaves de ignição. Não foi possível constatar o funcionamento do bem, assim como de seus sistemas mecânico e elétrico, visto que tal verificação exige equipamentos e conhecimentos técnicos específicos..

AVALIAÇÃO: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), em 13 de março de 2026.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Pátio da Delegacia de Polícia de Arapoti/PR, Avenida Ilineu Possato, nº. 821, Jardim Primavera, Arapoti/PR.

DÉBITOS DA AÇÃO: Valor da dívida não especificado, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. Folha não especificada. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

ÔNUS: Eventuais constantes no Detran.

Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais). As custas e despesas do processo até então realizadas, e eventuais tributos existentes, serão pagos com o valor depositado pelo arrematante. As despesas de arrematação, comissão de leiloeiro e demais despesas ficarão por conta do arrematante.

O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI**

**VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000**

Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br

constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica.

Conforme Artigo 2º, §3º da Resolução nº 611/2016 do CONTRAN, no caso de arrematação de SUCATAS, somente poderão adquirir os veículos, as empresas devidamente registradas perante os órgãos executivos de trânsito de seus respectivos estados ou do Distrito Federal.

CONDIÇÕES DE VENDA

LEILÃO ELETRÔNICO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá ofertar lanços pela Internet através do site www.fabiobarbosaleiloes.com.br devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão. Os arrematantes ficam cientes desde já de que deverão garantir seu lance com o pagamento do respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, sob pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 do Código Penal.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000
Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.fabiobarbosaleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRO

O leilão será realizado pelo Leiloeiro Oficial FABIO GONÇALVES BARBOSA, JUCEPAR sob n.º 12/042-L. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Os honorários do Leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação – tal como o preço. A comissão do leiloeiro será de: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000
Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

PAGAMENTO

1) Pagamento à vista: Deverá ser pago através de guia de depósito de imediato, ou no caso do encerramento do leilão ocorrer após o fechamento da agência bancária, no primeiro dia útil.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ARAPOTI**

**VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL DA COMARCA DE ARAPOTI
RUA PLACIDIO LEITE, Nº. 164, CENTRO CIVICO, ARAPOTI/PR, CEP: 84990-000
Fone: (43) 3557-1055 – apti-ju-ec@tjpr.jus.br**

adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email contato@fabiobarbosaleiloes.com.br.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o promovido **J. J. D. S. D. M.** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Arapoti, Estado do Paraná.

Arapoti/PR, 29 de abril de 2026.

**GABRIELA RODRIGUES DE PAULA
JUÍZA DE DIREITO**

